

# Anistia é o único tema de discordância no substitutivo



Ulysses Guimarães (dir.) ao lado do ministro Ivan de Souza Mendes (SNI), no Palácio do Planalto, em cerimônia da LBA

Da Sucursal de Brasília



O único empecilho para a conclusão do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), centro (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), é encontrar uma solução consensual para o conceito de "anistia" a ser adotado na nova Constituição. "Acho que nem Deus sabe qual será a solução", disse, no início da noite de ontem, o senador Fernando Henrique Cardoso, um dos relatores-adjuntos de Cabral.

Até agora, o tema fôra objeto de consenso entre os dois grandes grupos suprapartidários formados no Congresso constituinte — o do "consenso" e os "moderados" —, em torno da proposta do senador José Agripino Maia (PFL-RN), centro-direita (que prevê a não-reintegração e o pagamento dos soldos atrasados após a promulgação da nova Carta). Os relatores atribuem a atual indefinição às dificuldades para determinar os beneficiados pela nova anistia, e não à pressões militares. Segundo Bernardo Cabral, muitas ordens de cassação foram falsificadas em junho de 1969, durante o governo do presidente Costa e Silva.

Durante a tarde de ontem, Cabral reuniu-se com os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), centro, Adolpho Oliveira (PL-RJ), centro, e José Serra (PMDB-SP), centro-esquerda, e com o jurista Miguel Reale Jr. no apartamento de Cardoso, na Super Quadra Sul 309, examinando velhos decretos presidenciais em busca de uma solução. Além deste problema, há a reivindicação de anistia feita por militares já anistiados, que seriam beneficiados financeiramente por esta nova proposta de Agripino Maia.

Embora os artigos referentes à área sindical já estejam definidos, Cardoso tentava alterar, ainda na noite de ontem, o critério para o estabelecimento da contribuição sindical obrigatória para os sindicatos rurais. O imposto sindical obrigatório será excluído da nova Constituição, mas o senador procurava uma solução alternativa que assegurasse a destinação atual de uma alíquota do Imposto Territorial Rural para os sindicatos do campo.

"Precisamos conversar com o PFL antes do término do trabalho", disse Fernando Henrique Cardoso. Ainda hoje, Cabral e os relatores-adjuntos devem reunir-se com o presidente do PFL, senador Marcos Maciel (PE), e com os líderes do partido no Congresso constituinte, em busca de um entendimento em torno do "sistema de governo" e "reforma agrária". Os líderes do PFL estão descontentes em relação às soluções adotadas por Cabral.

"Sou parlamentarista por convicção. Mas há políticos fortes que são presidencialistas", disse Cabral, citando, como exemplo, o presidente José Sarney, o deputado Ulysses Guimarães e o senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte. Se aprovado, pelo plenário do Congresso constituinte, o sistema parlamentarista, o país passará a ter um primeiro-ministro a partir de 15 de março de 1988, que será indicado pelo presidente da República e deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

## Parlamentarismo não 'sensibiliza' Ulysses

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, disse ontem que não se sente "sensibilizado" pela possível adoção do sistema parlamentarista de governo no país, nem quando seu nome é lembrado como o mais forte candidato a primeiro-ministro. "Não estou lançando minha candidatura, por isso não me sensibilizo", afirmou, às 15h30, no Salão

Verde da Câmara. Ainda ontem, no Palácio do Planalto, ele foi condecorado com medalha da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

"O que eu gostaria mesmo é que fizéssemos uma boa Constituição, justa e duradoura. Quero é que tenhamos uma Constituição que sirva ao povo", disse.

Ulysses afirmou que continua defendendo a manutenção do sistema presidencialista, mesmo tendo em vista que a maioria dos constituintes

tenha se manifestado a favor do regime parlamentar. Disse ainda que o presidencialismo provou, historicamente, ser o mais forte dos dois regimes de governo quando Executivo e Legislativo equiparam-se em poder, citando depois, como exemplo, a Constituição dos Estados Unidos.

Indagado sobre a hipótese do presidencialismo ser rejeitado pela maioria dos constituintes, Ulysses afirmou que preferiria, então, um parlamentarismo "escorrido" (puro).

## Proposta de reforma agrária recebe críticas

Da Sucursal de Brasília

Parlamentares, tanto de esquerda como de direita, e entidades envolvidas com a questão agrária criticaram ontem a proposta de reforma agrária que deverá constar do anteprojeto de Constituição, em preparo pela Comissão de Sistematização. A proposta foi anunciada no último domingo, em Brasília, pelos relatores da Comissão, após reunião realizada na casa do presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Segundo ela, a imissão de posse somente se dará após o pronunciamento do Judiciário, que terá noventa dias para se manifestar. Caso a decisão da Justiça seja favorável, ou não ocorra no tempo estipulado, a imissão será automática.

Participaram da reunião do último domingo o presidente da Comissão de

Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), centro-direita — único participante não-peemedebista —, o relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), centro, os relatores-adjuntos Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), centro-esquerda, José Serra (PMDB-SP), centro-esquerda, e Nelson Jobim (PMDB-RS), centro, e Miguel Reale Jr., além do próprio Ulysses Guimarães.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), 54, direita, qualificou a proposta de "o decurso de prazo na questão da reforma agrária". Ele criticou o fato de ela prever que, transcorridos noventa dias, se o Judiciário não se manifestar, a imissão será automática. O líder em exercício do PT, José Genoíno (SP), 41, esquerda, disse que a proposta "é a própria anti-reforma agrária", e que "por incrível que

possa parecer, o 'Estatuto da Terra' do ex-presidente Castello Branco é muito mais avançado".

Entidades

Para Hamilton Pereira, 49, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), "quando o Estado se propõe a desapropriar e imitar na posse, está punindo o proprietário pelo mau uso da terra e não concedendo um prêmio. Por isso, é preciso fazer a imissão imediatamente". O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco, 49, afirmou que a proposta "é pior do que a atual legislação sobre a reforma agrária". Já Egídio Bruneto, 28, da Executiva Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, com sede em São Paulo, disse que o prazo de noventa dias torna a reforma agrária impraticável.